

OS CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO NO PARQUE MUNICIPAL MORRO DO OSSO, SUL DO BRASIL

THANI DA SILVA PRUNZEL¹
SUZANE BEVILACQUA MARCUZZO²
RAFAEL VIDOR DEZORZI³

1 Introdução

A preocupação com a conservação da biodiversidade vem tomando cada vez mais destaque em instâncias de governo de diversos países do mundo, intensificando-se a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia, sendo um marco histórico político internacional para as políticas de gestão ambiental (PASSOS, 2009). Uma das estratégias adotadas para garantir tal conservação foi a criação das Áreas Naturais Protegidas. No Brasil, essas áreas são denominadas Unidades de Conservação (UCs) e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000 e coordenado pelo Instituto Chico Mendes de Proteção à Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 2000). Tal lei define as UCs como porções de território legalmente instituídas pelo poder público com o intuito de proteger seus recursos naturais.

A categoria Parque no Brasil foi criada aos moldes do sistema de áreas protegidas dos Estados Unidos, o qual entende uma área protegida como uma "natureza intocável" (DIEGUES, 1996). Entretanto, o modelo de gestão excludente tradicional, o qual resultou em conflitos e disputas, foi explicitamente rejeitado como política de nível global no V Congresso Mundial de Parques em 2003 (IUCN, 2005) e abandonado na prática muito antes em algumas partes do mundo. A noção de "áreas de gestão adaptativa", apresentada no 3º Congresso Mundial de Conservação em Bangkok em 2004 (DUDLEY et al., 2010), refletiu as mudanças conceituais, do reducionismo para uma visão sistêmica do mundo, à inclusão dos seres humanos no ecossistema e às abordagens participativas do manejo de ecossistemas como sistemas adaptativos complexos nos quais os seres humanos são parte integrante (BERKES, 2004; HÉRITIER, 2010; MEFFE et al., 2012; CLARK et al., 2013).

1. Engenheira Florestal (Universidade Federal de Santa Maria). Email: thani.sprunzel@gmail.com

2. Pós-doutora em Geografia (Universidade do Minho, Portugal). Professora da Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Departamento de Ensino, Núcleo de Estudos em Áreas Protegidas. Email: smarcuzzo@gmail.com, ORCID 0003-1275-6502

3. Mestrando em Geografia (Universidade Federal de Santa Maria). Email:Rafael.vidor@hotmail.com

De acordo com Loureiro e Irving (2006), é necessário que a comunidade seja integrada à gestão da UC, mesmo que haja conflitos, para que sua percepção sobre esta possa ser reavaliada e se torne uma parceira da Unidade. Nesse sentido, Héritier (2010) coloca que a participação ajuda a resolver as tensões decorrentes de interesses divergentes entre as diferentes partes interessadas em uma determinada área. Com participação, a questão do poder e da capacidade de tomar decisões é claramente democratizada.

Sob a perspectiva da participação como um meio de alcançar a conservação da biodiversidade, a participação comunitária é compreendida como parte intrínseca da gestão de UCs, trazendo à discussão da "questão ambiental" temas como cidadania e controle social (AYRES; IRVING, 2006). Para Ansell e Gash (2007), a governança colaborativa, como veio a ser conhecida, reúne as partes interessadas, públicas e privadas, em fóruns coletivos com órgãos públicos para engajar-se em tomadas de decisão orientadas por consenso.

Tal modelo de gestão só é possível por meio da participação de grupos, comunidades e instituições relevantes para a unidade de conservação. Convencionados por Ruitenbeek e Cartier (2001) como "stakeholders", os quais compartilham responsabilidades de gerenciamento e podem aprender com suas ações (FOLKE et al., 2002; RUIZ-MALLÉN et al., 2013; OLDEKOP et al., 2015).

No Brasil, esta composição foi chamada de Conselho Gestor (CG), o qual foi instituído por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Estes atuam na forma de diálogos, discussões, articulações e negociações (CASTRO, 2009). A existência de um conselho atuante é imprescindível para a efetivação das UCs, garantindo, assim, a conservação da biodiversidade e manutenção dos serviços ambientais de maneira participativa e democrática.

O processo de democratização do país trouxe consigo diversas ferramentas para a participação popular nas tomadas de decisão em diferentes esferas do poder institucional, sendo uma delas os Conselhos Gestores (LOUREIRO; CUNHA, 2008). O SNUC (2000) determina que todas as UCs possuam Conselhos Gestores e, de acordo com Castro (2009), estes devem ser representativos dos grupos, comunidades e instituições que atuam ou que deveriam atuar na região da UC.

Além disso, a participação deve incluir diferentes grupos sociais, abrangendo uma diversidade de gêneros, escolaridades e faixas etárias, a fim de enriquecer a interpretação e a compreensão da realidade e melhor legitimar as decisões (GEOHHEGAN; RENARD, 2003). Por esta razão, a composição do conselho deve levar em consideração o perfil de participação, sendo importante encorajar o empoderamento da população local, de forma que os atores sociais possam participar ativamente do planejamento regional (VIMAL et al., 2018). É importante capacitar os conselheiros em conceitos e práticas específicas sobre gestão de áreas protegidas e para que haja o respeito e a plena possibilidade de participação e expressão por parte das comunidades dotadas de culturas diferenciadas.

Dessa maneira, a governança colaborativa nunca é meramente consultiva, pois implica em comunicação e influência nos dois sentidos, entre stakeholders e gerência da área protegida, formando um processo multilateral e coletivo (BROOKS et al., 2012).

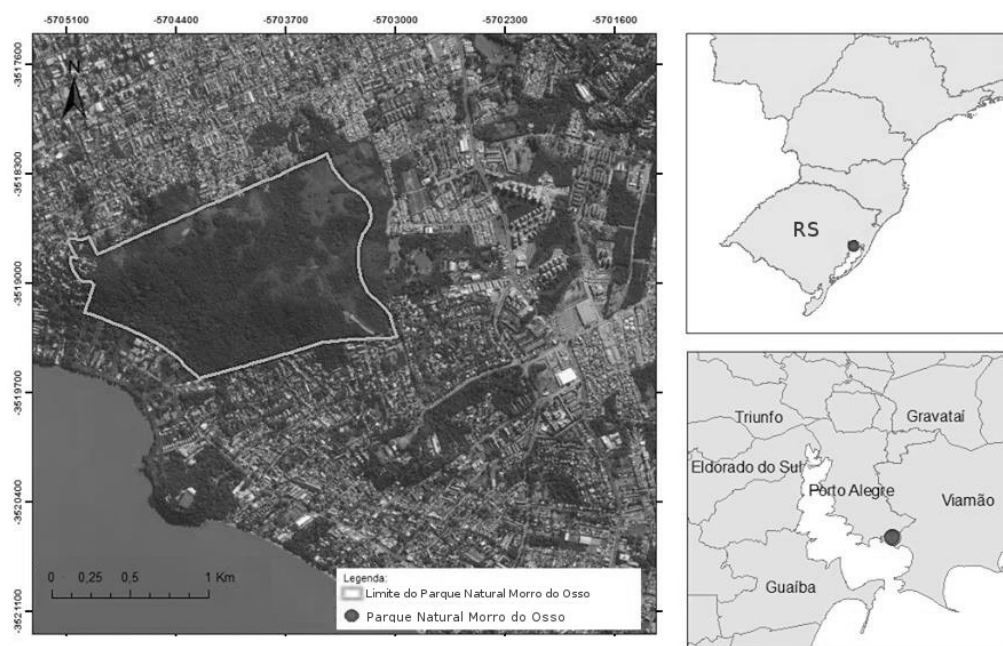
Este trabalho teve por objetivo promover, observar e descrever o processo de

reestruturação do Conselho Gestor do Parque Natural Morro do Osso, o qual foi desmobilizado em 2010.

2 Parque natural Morro do Osso: uma ilha verde no cinza portoalegrense

O estudo foi realizado no Parque Natural Morro do Osso (PNMO), no município de Porto Alegre, RS. O clima da região de Porto Alegre, de acordo com a classificação de Köppen, é do tipo Cfa e a precipitação média atual é de 1.348 mm, segundo Ferreira et al. (2010). A região é composta por solos litólicos e neossolos (KOHL et al., 2015). O Morro do Osso ($30^{\circ}07' S$, $51^{\circ}14' O$) (Figura 1) situa-se no extremo oeste da cadeia de morros graníticos presente no município, a "Crista de Porto Alegre", que, segundo Menegat (1999), serviu como um limitador da expansão urbana à Zona Sul. Tal cadeia foi definida pelo Plano Diretor de Porto Alegre de 1999 como sendo uma das Áreas de Proteção ao Ambiente Natural, sendo considerada área prioritária para a conservação da natureza (KOHL et al., 2015).

Figura 1 – Mapa de Localização do Parque Municipal Morro do Osso.



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A região, que é caracterizada conforme Veloso e Góes-Filho (1982) como "Área de Tensão Ecológica", possui espécies representantes de Floresta Estacional Decidual, Floresta Ombrófila Densa, formação de Savana e Restinga. Tais formações vegetais são constituídas por 80% das 171 espécies de árvores nativas de ocorrência natural em Porto

Alegre. A flora campestre também é muito diversa, sendo o tipo de vegetação com o maior número de espécies ameaçadas de extinção e endêmicas do PNMO. Este importante fragmento abriga 29 espécies presentes na Lista de Espécies da Flora Ameaçadas do Rio Grande do Sul, decreto Estadual nº 42.099/03 (RIO GRANDE DO SUL, 2003). O Parque abriga ainda uma rica fauna, da qual foram inventariadas 137 espécies de vertebrados, incluindo representantes de 65% da avifauna encontrada em Porto Alegre (MIRAPALHETE, 2001 apud BASTOS, 2006).

O PNMO trata-se uma Unidade de Conservação urbana localizada na Zona Sul de Porto Alegre, próxima ao Lago Guaíba, entre as avenidas Cavallhada e Wenceslau Escobar, criada para proteger uma biodiversidade que vem sendo suprimida pela expansão urbana desordenada (BASTOS, 2006). Em seu entorno, encontram-se os bairros Cavallhada, Camaquã, Ipanema, Jardim Isabel, Pedra Redonda, Sétimo Céu, Tristeza e Vila Conceição, bairros que se originam tanto da especulação imobiliária das classes mais abastadas como de moradias irregulares das classes menos favorecidas economicamente. Além disso, o parque abriga uma aldeia Kaingang, fruto de uma ocupação ocorrida no ano de 2004 (FUHR, 2012).

Gama et al. (2005), ao analisarem UCs urbanas no município do Rio de Janeiro, trazem a ideia de uma refuncionalização do ambiente de seu entorno, que ocorre em decorrência do crescimento urbano acelerado. Com isso, tais UCs são convertidas em "ilhas verdes" sob pressão externa, a despeito da legislação vigente, que determina a demarcação de zona tampão ou de amortecimento. No PNMO, esse movimento é observado na contínua expansão imobiliária da Zona Sul, que suprime entornos e encostas de morros com vegetação natural.

O Parque Natural foi instituído pela Lei Complementar nº 334, de 27 de dezembro de 1994 (PORTO ALEGRE, 1994), compreendendo uma área de 114 hectares que, posteriormente, foi ampliada para 127 ha, das quais apenas 27 ha são de posse da prefeitura, sendo que a compra das demais áreas ainda está em processo de tramitação.

2.1 Histórico e criação: a luta pela conservação do Morro do Osso

A criação do Parque Natural Morro do Osso teve por objetivo protegê-lo da degradação causada pela exploração econômica de seus recursos naturais. Até a década de 1980, a principal ameaça foi a exploração de pedreiras e a conversão da vegetação natural em plantios de acácia-negra. Com o avanço da urbanização sobre a Zona Sul de Porto Alegre, contudo, a principal ameaça passou a ser a especulação imobiliária, de acordo com panfleto da campanha de defesa do Morro do Osso (CPDMO, 1990), que consta no acervo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS).

Costa (2004) analisou o processo de ocupação urbana desordenada em grandes centros, tido como responsável pela descaracterização das paisagens naturais e fragmentação da vegetação nativa, intensificado a partir da década de 1970. Tal processo, ainda de acordo com o mesmo autor, se deve à especulação imobiliária, que causa um déficit habitacional, o que leva as camadas sociais com menor poder aquisitivo a migrar para áreas comumente protegidas, por serem Parques ou Áreas de Preservação Permanente

(APP), que se tornaram atrativas devido à ineficiência do Estado em resolver o problema da habitação.

No Morro do Osso, diante de um projeto de loteamento de boa parte da área natural, moradores de seu entorno, sensibilizados pelas ações da Associação Comunitária Jardim Isabel (ASCONJISA), iniciaram um processo de mobilização popular, com o objetivo de que se criasse uma área protegida. Posteriormente, em 1986, foi criada a Associação de Defesa do Morro do Osso (ADEMO), formada por associações de bairro, clubes de mães, escolas, grêmios estudantis, grupos de escoteiros e ONGs ecologistas, que posteriormente passou a ser a Comissão Permanente de Defesa do Morro do Osso (CPDMO). As ações populares foram respeitadas pela administração do município e o Parque foi criado em 1994.

Após a criação do PNMO, a CPDMO veio automaticamente a formar o primeiro Conselho da UC. Este Conselho reuniu-se primeiramente de maneira ainda informal, até ser oficialmente instituído por meio do Decreto nº 15.300, de 14 de setembro de 2006 (PORTO ALEGRE, 2006). A partir de então, passaram a compor o Conselho os representantes do poder público que possuíam relação com o Parque Natural Morro do Osso.

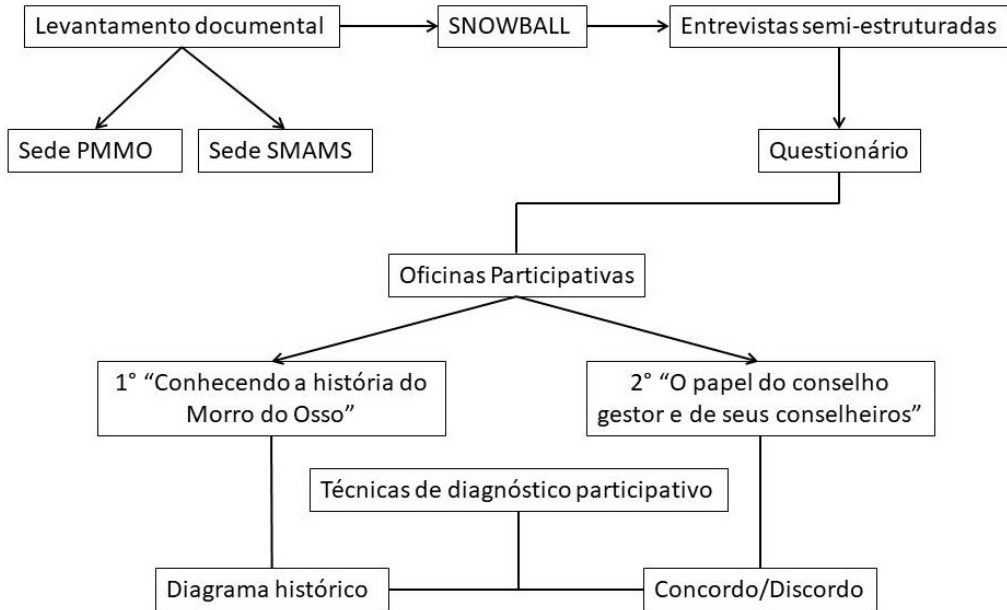
Em 2004, houve a ocupação de uma área do PNMO por um grupo Kaingang, que reivindica a demarcação de uma Terra Indígena no local. A presença do grupo no parque, de acordo com Kohl (2005), tem causado impactos devido à retirada de cipós para a produção de artesanato, além de interferir na fauna devido à circulação humana. A ocupação também se tornou o ponto de partida de outros conflitos relativos ao uso do território do Morro do Osso, envolvendo os indígenas e grupos de defesa de seus direitos de um lado, grupos ambientalistas que defendem que, na área do Parque, não deve haver ocupações humanas e um terceiro grupo que considera a presença indígena indesejável para os interesses da especulação imobiliária (FUHR, 2012).

Atualmente, foram construídas passagens artificiais de fauna ligando o Parque ao Morro do Sabiá. As passagens foram criadas por meio de um projeto que também envolvia a divulgação de frequentadores do PNMO quanto a comportamentos que reduzam o impacto da presença humana para a fauna (ECONSCIÊNCIA, 2016).

3 Metodologia

Para atender aos objetivos propostos, o processo metodológico desenvolvido em cada etapa da pesquisa é apresentado a seguir (Figura 2). A realização deste processo investigativo foi uma demanda da gestão da unidade de conservação para instituição pública de ensino e pesquisa a fim de melhor operacionalizar sua administração.

Figura 2 - Esquema de organização metodológica.



Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A coleta de dados teve início com a realização de um levantamento documental junto à Sede do PNMO e à SMAMS. Posteriormente, foi realizado o levantamento de dados a campo, com entrevistas semiestruturadas (DIETSCH et al., 2016; LEE et al., 2018) por meio de um questionário de 14 perguntas sobre tópicos incluindo visão e valor, envolvimento com o Parque e mudanças ao longo do tempo (ANEXO 1). A forma de escolha das pessoas entrevistadas é descrita por Baldin e Munhoz (2011) como a técnica *Snowball* (bola de neve), que consiste em uma amostra não probabilística na qual os participantes iniciais indicam os próximos. Os participantes iniciais foram indicados pela equipe da SMAMS levando em conta as pessoas que participaram da criação do Parque e do conselho gestor. Essa técnica permitiu uma ampliação da gama de entrevistados com características afins ao Conselho do PNMO, contribuindo também para o processo de mobilização. Os dados das entrevistas foram processados no programa NVivo 11 (QS-RINTERNATIONAL, 2017), a partir do qual gerou-se uma nuvem de palavras com as principais expressões presentes.

Após ter sido obtido um número significativo de entrevistados, foram elaboradas duas oficinas com o intuito de reunir os diferentes atores entrevistados, bem como aqueles citados nas entrevistas e outras pessoas ligadas ao território do PNMO. Para tal, foi realizada a divulgação por meio da página do Parque no sítio Facebook, disponível na Internet.

1º Oficina: “Conhecendo a História do Morro do Osso”

Realizada na sede do Parque, em abril de 2017, teve o objetivo retomar o sentimento de pertencimento e mobilização da comunidade de entorno do Parque Morro do Osso e compreender o histórico dessa comunidade com o Parque. Para tal, foi elaborada uma narrativa por meio da dinâmica “Diagrama Histórico” (DRUMOND, 2009), que visa compreender mudanças em aspectos ambientais, sociais e culturais. A narrativa foi elaborada com o auxílio de uma linha traçada em papel, sobre a qual foram identificados períodos históricos, sobre os quais os participantes colaram fotocópias de fotografias, recortes de jornais e panfletos antigos, referentes às mobilizações em defesa do Morro do Osso. As informações obtidas por meio do diagrama histórico foram organizadas em uma linha do tempo dividida em três períodos (Figura 4). Por sua vez, interligada à linha do tempo, foram levantadas questões aos participantes tais como: (a) “O PNMO Hoje”, e (b) “O que é o Conselho Gestor”, para trazer à discussão sobre a atual situação da gestão participativa no Parque. No encerramento, com o objetivo de criar uma perspectiva de continuidade temporal da qual faz parte a reestruturação do Conselho Gestor, foi realizado um plantio simbólico de sementes de espécies nativas que visou reforçar o compromisso das pessoas participantes da oficina com a história do Parque, fomentando o sentimento de pertencimento.

2º Oficina: “O papel do Conselho Gestor e dos Conselheiros”

Realizada em junho de 2017, no mesmo local da oficina anterior, se adaptou a proposta de Di Pierro e Ortiz (2011) intitulada “Concordo/Discordo”, que consistiu em analisar quatro afirmações referentes a possíveis papéis do Conselho Gestor e de seus conselheiros, sendo elas: (1) “O conselho não serve como auxílio na Unidade de Conservação, pois é meramente consultivo.”; (2) “Cabe ao conselho demandar e propor aos órgãos competentes ações e políticas que promovam a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioambiental da Unidade de Conservação e seu território de influência.”; (3) “O conselheiro deve levar ao grupo que representa as demandas do Parque, procurando atendê-las.”; e (4) “Os conselheiros devem levar em consideração, em reuniões do conselho, apenas as demandas do grupo que representa”. Tais afirmações foram apresentadas ao grupo, que se posicionava como “Concordo”; “Não concordo”; “Concordo em parte”. De acordo com suas opiniões, os participantes deveriam se deslocar dentro do círculo.

4 Resultados

4.1 Entrevistas

Conforme o resultado da nuvem de palavras, foi possível verificar que os entrevistados conhecem o Morro do Osso por serem frequentadores ou servidores (gestores, guardas-parque) do Parque (Figura 3), sendo que conhecem a história do PNMO por

Ainda, as pessoas entrevistadas demonstraram diversos entendimentos a respeito do Conselho Gestor, convergindo para a ideia de um colegiado que atua ativamente, auxiliando o gestor e dando-lhe respaldo para ações de gerenciamento financeiro, acompanhamento da elaboração do Plano de Manejo e monitoramento que garantem a manutenção da biodiversidade (Figura 3). Contudo, foi questionada a efetividade da participação dos conselhos na administração pública, em virtude da política ambiental adotada pelo município, que privilegia empreendimentos imobiliários em detrimento dos ecossistemas naturais característicos da Zona Sul do município, estando em desacordo com os posicionamentos do Conselho.

Foi mencionada, da mesma forma, a necessidade de “motivação”, de algo “pelo que lutar” para garantir uma participação ativa (Figura 3) e, portanto, um caráter permanente ao conselho, pois as pessoas que lutaram pela criação do parque e instalação da estrutura viram nessas ações o fim da sua luta, sem perceber que uma das funções do conselho é o envolvimento com todas as atividades que dizem respeito à UC, ou seja, o Conselho faz parte da sua gestão e deve ser constantemente renovado para garantir uma atuação efetiva. Nesse sentido, Warner (2006) coloca que incentivos a participar dependem, em parte, das expectativas das partes interessadas sobre se os processos colaborativos produzirão resultados significativos, particularmente contra o equilíbrio de tempo e energia que a colaboração requer. Ainda, os incentivos aumentam à medida que as partes interessadas veem uma relação direta entre sua participação e resultados de políticas concretas, tangíveis e efetivas (BROWN, 2002).

Cabe salientar que os conselhos precisam ser constantemente monitorados, avaliados e, quando necessário, modificados. Por isso, o Decreto 4.340/02, que regulamenta o SNUC, em seu artigo 17 (BRASIL, 2002), determina que o tempo de mandato dos conselheiros seja de dois anos, renovável por igual período. Portanto, por meio dessas ferramentas, é possível avaliar possíveis modificações necessárias ao CG, tais como dos setores que os compõem, quantidade de vagas, prorrogação de mandatos ou mudança de conselheiros (ALBIRACHED et al., 2014).

Também, foi identificada ainda a necessidade de os conselheiros compreenderem qual o seu papel e do Conselho, bem como que poder (Figura 3), de fato, o Conselho possui. Neste sentido, menciona-se a colocação de um dos entrevistados de que o poder do Conselho Gestor é restrito, sendo a sua formação uma formalidade, o que reflete a necessidade de serem trabalhados os procedimentos, assim como os instrumentos de gestão, de forma explícita nas discussões do Conselho. Ainda, Futrell (2003) afirma que o incentivo à participação declina se os interessados percebem sua própria contribuição para ser meramente consultivo ou em grande parte cerimonial.

Foram mencionadas como causas do esvaziamento do conselho também a falta de suporte técnico aos conselheiros e de maior antecedência na convocação das reuniões, bem como o número muito grande de conselheiros. Salienta-se que a capacitação dos conselheiros passa também pela capacitação técnica e essa é uma fonte de estímulo à continuidade de participação e envolvimento (ANSELL; GASH, 2008).

4.2 Primeira oficina participativa

4.2.1 Diagrama histórico/Linha do tempo

Os resultados indicados nos três períodos estabelecidos na linha do tempo podem ser identificados, dentre os relatos, pela forma como foram vivenciados pelos participantes, como a seguir:

a) Período 1 (*Década de 1980 - constante busca de visibilidade sobre a importância de conservar o Morro do Osso*).

A discussão teve início a partir de uma fotografia do “Abraço ao Morro do Osso” (1) (Figura 4), realizado aproximadamente em 1987. A imagem trouxe diversos elementos sobre a mobilização da comunidade pela defesa do Morro do Osso, desde o início das manifestações pela possibilidade de loteamento até laudos e dossiês que atestavam a criação de uma área protegida no local. Sendo que o envolvimento de vereadores foi o fator definitivo para a constituição da Comissão Permanente de Defesa do Morro do Osso, CPDMO (4), que atuava fortemente com iniciativas de divulgação e técnico-científicas, bem como a luta pela preservação da fauna do Morro do Osso.

b) Período 2 (*Final de 1980 a início de 1990 - visibilidade sobre a conservação do Morro do Osso alcançada*).

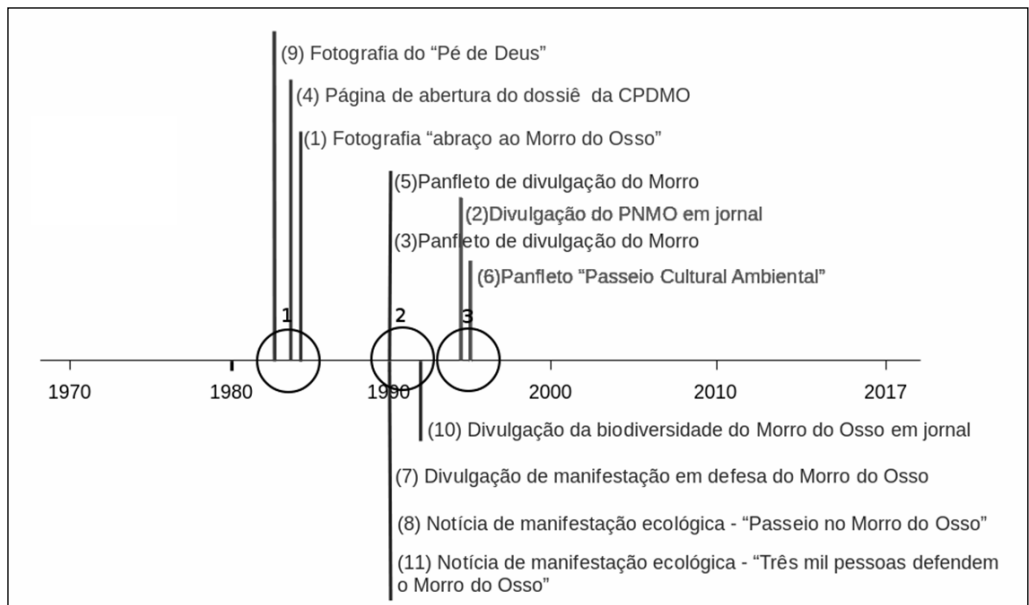
O panfleto (3) trouxe a referência ao participante sobre a importância da valorização do histórico de luta pela efetivação do PNMO, mencionando que esse histórico sempre é referido nas visitas ao Parque e que o município de Porto Alegre deve gratidão às pessoas que se mobilizaram em defesa da criação da UC. A quinta fotocópia (4) também era de um panfleto de divulgação do Morro do Osso, pois, esse era o principal meio de comunicação com a comunidade que os movimentos possuíam. A fotografia (7) (8) do Passeio Cultural Ambiental realizado em 1990 trouxe o debate sobre o aumento da arborização naquela área e a introdução de exóticas invasoras como a acácia-negra (*Acacia mearnsii* De Wild.). Sobre a divulgação no jornal (10) (Figura 4), o participante recordou-se de subir o Morro quando criança para recolher resíduos, hábito que mantém atualmente em suas visitas ao PMNO e outras UCs e áreas verdes da cidade. Na sequência, relatou-se sobre uma manifestação que reuniu 3.000 pessoas, em sua maioria crianças, mencionando que na época existia a “patrulha do verde”, a qual tratava de um grupo de educação ambiental para crianças.

c) Período 3 (*Final da década de 1990 - UC criada e instituída*)

O recorte sobre a divulgação do PNMO (2) levou à memória a relação pessoal de infância do participante com o Morro do Osso, o qual veio a visitá-lo apenas recentemente, em um curso de condutores de trilhas. Em virtude de tal colocação, comentou-se a

respeito da importância da educação ambiental para as crianças e adolescentes no PNMO junto a escolas, o que incentivou um aumento no número visitas ao Parque. O próximo recorte (6) se tratava de um panfleto de uma atividade que reunia os cidadãos em prol de boas práticas ambientais, ou seja, as pessoas envolvidas na CPDMO buscavam envolver e conscientizar em prol da consolidação do Parque Municipal do Morro do Osso.

Figura 4 – Linha do tempo resultante da metodologia Diagrama histórico.



Onde: (1) a (11) refere-se a diagrama histórico e; 1, 2 e 3 linha do tempo formada pelos acontecimentos históricos da criação do PNMO. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2017).

Todas as colocações retrataram a vontade e o envolvimento que a comunidade teve para a criação desta Unidade de Conservação, que se refletiram no interesse em participar do Conselho Gestor. Assim, após a criação do PNMO, a CPDMO veio automaticamente a formar o primeiro Conselho da UC, de maneira ainda informal até ser oficialmente instituído por meio do Decreto nº 15.300, de 14 de setembro de 2006 (PORTO ALEGRE, 2006).

A esse respeito, cabe refletir sobre a necessidade de se conduzir a atuação do Conselho Gestor por meio de etapas. Palmieri e Verissimo (2009) indicam que seja realizada primeiramente a definição dos setores que compõem o Conselho Gestor para, então, serem definidas quais entidades seriam representantes de cada setor. Por sua vez, acredita-se que a conversão da CPDMO em Conselho Gestor seguiu tais etapas em parte, porém, alguns elementos como o papel do Conselho Gestor ficaram pouco compreendidos pelos conselheiros, o que refletiu a redução na participação.

Foi mencionado pelo gestor do parque e por outros servidores ligados a ele que a dificuldade em se obter quórum nas reuniões do CG deve-se também ao número de conselheiros (24). Nessa perspectiva, Yaffee e Wondolleck (2003) afirmam que alguns conselheiros não têm tempo, energia ou liberdade para se engajar em processos colaborativos com uso intensivo de tempo.

Por sua vez, Bernard (2009) comparou o número de assentos de conselhos de UCs aos de outras entidades públicas e privadas e constatou que os conselhos de UCs possuem uma média de 26,6 assentos, enquanto as outras entidades possuem uma média de 11,3. Inicialmente, pode-se considerar positivo um CG composto por muitas entidades devido à representatividade destes, porém, ao se observar os quóruns, constata-se que essa participação não é efetivada. Para reduzir o número de conselheiros, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o governo e a sociedade civil alternam anualmente as posições de titular e suplente na mesma cadeira.

Ressalta-se também o entendimento de Conselho Gestor como uma ferramenta de cogestão, sendo que se torna, então, imprescindível a promoção do sentimento de pertencimento dos conselheiros. Tal sentimento é potencializado no caso do PNMO pois tal UC foi criada por causa da participação e da mobilização da comunidade, porém, cabe aos gestores da UC oferecer ferramentas que impulsionem o envolvimento dos conselheiros no sentido de responsabilizarem-se pelas questões referentes ao Parque.

Nesse sentido, Von der Weid e colaboradores (2009) referem-se à participação como um movimento de distribuição de poder, salientando que esse movimento não se dá de maneira espontânea. Assim sendo, é necessário que se criem condições para que todos os atores sejam envolvidos no processo de tomada de decisão, intervindo de maneira qualificada na gestão da UC. Tais condições são viabilizadas levando-se em consideração possibilidades de deslocamento e permanência em reuniões; acesso a dados e informações; infraestrutura de suporte que cada grupo social e instituição podem oferecer aos seus representantes e ao próprio funcionamento do conselho; e domínio da linguagem científica e burocrática.

4.3 Segunda oficina participativa

4.3.1 *Técnica Concorde/Discordo*

Participaram dessa oficina seis potenciais conselheiros, que foram identificados na primeira oficina como a equipe de trabalho mencionada por Abirached et al. (2014) como responsável por conduzir o restante do processo (planejamento de atividades, sensibilização, mobilização e formação do Conselho).

Depois de cada posicionamento sobre os quatro enunciados acerca de possíveis papéis do conselho gestor, foram realizadas discussões onde cada participante justificou sua opinião. A partir das colocações foram formuladas alterações nas afirmações apresentadas, adequando-as às opiniões dos participantes. Durante a realização da dinâmica, os participantes levantaram também alguns temas e conflitos referentes ao Parque, como a ocupação indígena e a presença de cães na UC.

As assertivas propostas para serem discutidas e aquelas modificadas de acordo com o entendimento dos participantes da oficina são apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 1 – Afirmações propostas na técnica “Concordo/Discordo” e alterações resultantes do debate dos participantes.

| AFIRMAÇÕES PROPOSTAS | ENTENDIMENTO DOS PARTICIPANTES |
|---|--|
| O conselho não serve como auxílio na Unidade de Conservação pois é meramente consultivo. | O conselho serve como auxílio na Unidade de Conservação pelo seu papel participativo . |
| Cabe ao conselho demandar e propor aos órgãos competentes ações e políticas que promovam a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioambiental da Unidade de Conservação e seu território de influência. | Cabe ao conselho demandar e propor aos órgãos competentes ações e políticas que promovam a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioambiental da Unidade de Conservação e seu território de influência, fiscalizando a gestão destes. |
| O conselheiro deve levar ao grupo que representa as demandas do Parque, procurando atendê-las. | O conselheiro deve levar e trazer ao grupo que representa as demandas do Parque, incentivando o seu atendimento. |
| Os conselheiros devem levar em consideração, em reuniões do conselho, apenas as demandas do grupo que representa. | Os conselheiros devem levar em consideração, em reuniões do conselho, não apenas as demandas do grupo que representa, mas de toda a sociedade . |

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

A respeito da primeira afirmação, todos discordaram por considerar o papel do Conselho Gestor muito importante na gestão da UC. Isso pelo seu caráter participativo, capaz de aglutinar diversos grupos em sua gestão, potencializando, assim, a conservação do ambiente natural. Os participantes concordaram com a segunda proposição, acrescentando a necessidade de o Conselho também realizar a fiscalização das políticas de conservação e da gestão pública. Nesse sentido, foi debatido o papel do Conselho Gestor na solução de conflitos em torno da conservação da biodiversidade e na divulgação dos objetivos da Unidade de Conservação. A respeito da terceira assertiva, um dos participantes concordou em parte, enquanto os demais concordaram. A justificativa para concordar em parte foi a de que as instituições que compõem o Conselho também devem ser ouvidas no processo de gestão da UC, tendo sido introduzida, dessa forma, a palavra [trazer], no sentido de levar às reuniões do Conselho também as demandas das entidades a respeito do Parque. Por fim, sobre a quarta afirmação, discutiu-se o papel do Conselho em garantir, não apenas questões referentes às demandas do entorno da UC, mas, também, a proteção do bem público comum, que é o patrimônio natural que a UC objetiva conservar.

As demais discussões que perpassaram a oficina, devido à importância de serem discutidas pelo Conselho Gestor, são a ocupação indígena e a presença de animais do-

mésticos, principalmente cães, no Parque. A presença do grupo indígena, que, de acordo com Fuhr (2012), trata-se de uma aldeia instituída no local em 2004, foi mencionada por pessoas entrevistadas e por participantes das oficinas. Devido aos posicionamentos divergentes que suscita, o assunto foi mencionado como uma das causas da dissolução do Conselho Gestor. Segundo os relatos, são três os principais posicionamentos tomados pelos conselheiros na época, sendo eles (a) a [antipresença indígena] devido ao PNMO tratar-se de uma UC de proteção integral na qual não é permitida a moradia humana ou a realização de atividades envolvendo manejo ou extrativismo; (b) a [antipresença indígena] devido à desvalorização econômica que a aldeia causaria aos imóveis presentes na região; e (c) a necessidade do reconhecimento da área como Terra Indígena.

Ressalta-se que apenas uma pessoa entrevistada mencionou a possibilidade de realização de um diálogo entre o objetivo de conservação da biodiversidade ao direito indígena de demarcação de seu território através do conhecimento que o povo Kaingang possui sobre os ecossistemas de Porto Alegre e seu manejo. Deve-se, portanto, refletir sobre o perfil dos conselheiros, uma vez que é necessário que saibam ouvir e respeitar diferentes posicionamentos. Além disso, é papel do Conselho Gestor realizar as articulações necessárias para compatibilizar a conservação da biodiversidade com os interesses dos diferentes grupos envolvidos com o território da UC.

O outro tema bastante discutido pelos participantes da oficina refere-se à presença de cães domésticos no PNMO e em outras UCs de Porto Alegre. Vilela e Lamim-Guedes (2014) mencionam que os cães podem transmitir doenças à fauna silvestre, além de perseguir, estressar, afugentar, ferir e até matar. Dessa maneira, caberia ao Conselho Gestor, junto à gestão do PNMO e demais UCs de Porto Alegre, conduzir uma campanha de informação e conscientização de seus frequentadores sobre as consequências de levar seus animais domésticos a áreas naturais protegidas.

5 Considerações finais

Após a conclusão do estudo, constatou-se evidente a causa da desmobilização do conselho gestor. A falta de entendimento de que esse é um espaço de participação de processo contínuo, o qual envolve diversos aspectos para além da história de cooperação, levou os conselheiros a se desarticularem. Verificamos que, após a formação inicial do conselho gestor do PNMO, faltaram incentivos para a participação, bem como liderança e uma conexão rotineira com a gestão prática a fim de desenvolver uma ligação de compromisso e compreensão compartilhada, pois a afirmação de que o comprometimento está intimamente relacionado com a motivação original de participar é corroborada nesse caso.

Contudo, percebeu-se o potencial para uma mobilização e reestruturação do seu Conselho Gestor, uma vez que foram identificados diversos grupos aptos a sua composição quando o processo colaborativo foi estruturado por uma liderança que permitiu envolver, empoderar e mobilizar as partes interessadas para impulsionar a colaboração e estender o escopo no conselho.

Esse movimento se torna necessário, uma vez que o Conselho Gestor deve estar integrado à gestão da unidade de conservação em um processo contínuo, e seus membros

precisam estar vigilantes a respeito das variáveis que influenciam o Parque e em seu entorno, compreendendo, assim, seu papel como articulador nos diversos espaços de disputa que dizem respeito à Unidade de Conservação.

6 Referências bibliográficas

ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of public administration research and theory**, p.1-29, 2007.

ALBIRACHED, C. F.; MENDONÇA, F. C.; LUZ L.; TALBOT V.; LASMAR V. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**. Um guia para gestores e conselheiros. Brasília: ICMBio, 2014

AYRES, H. H. F.; IRVING, M. A. O olhar psicossocial para a gestão participativa de áreas protegidas: refletindo sobre possibilidades e desafios. In: IRVING, M. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

BALDIN, N. E MUNHOZ, E. M. B. *Snowball* (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE**. I Seminário Internacional de Representações, Subjetividade e Educação - SIRSSE. Curitiba: 2011.

BASTOS, M. C. S. **Plano de Manejo Parque Natural Morro do Osso**. Editora Prefeitura de Porto Alegre, 2006.

BERKES, F. Rethinking community-based conservation. **Conservation Biology**, v.18, n.3, p.621-630, 2004.

BERNARD, E. **Sobre bons e maus conselhos**. [Artigo disponibilizado a Internet em 2009] Disponível em <<http://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/22360-sobre-bons-e-maus-conselhos/>> Acesso em 8 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei 9985** de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial da União. Brasília, 2000.

_____. **Decreto 4340** de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial da União. Brasília, 2002.

BROWN, A. J. Collaborative governance versus constitutional politics: Decision rules for sustainability from Australia's South East Queensland forest agreement. **Environmental Science and Policy**, v.5, p.19-32, 2002.

BROOKS, J.S.; WAYLEN, K.A.; BORGERHOFF-MULDER, M.. How national context, project design, and local community characteristics influence success in community-based conservation projects. **Proceedings of the National Academy of Sciences USA**, v.109, p:21265-21270. 2012.

CASTRO, I. **Aprendizados com conselhos gestores das unidades de conservação no Programa ARPA**. Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e Cooperação Técnica Alemã-GTZ, Brasília: MMA, 2009.

- CLARK, N.E., BOAKES, E.H., MCGOWAN, P.J.K., MACE, G.M. & FULLER, R.A. Protected areas in South Asia have not prevented habitat loss: a study using historical models of land-use change. **PLoS ONE**, v.8, n.5, p.265-278, 2013.
- COMISSÃO EM DEFESA DO MORRO DO OSSO - CPDMO. **Preserve o Morro do Osso**. 1990.
- COSTA, H.S.M. Natureza e mercado imobiliário na redistribuição da população metropolitana: notas a partir do Eixo-Sul de Belo Horizonte. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 14., *Anais...* Caxambu, Abep, 2004.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- DIETSCH, A.M.; TEEL, T.L.; MANFREDO, M.J. Social values and biodiversity conservation in a dynamics world. **Conservation Biology**, v.30, n.6, p.1212-1221, 2016.
- DI PIERRO, G. E ORTIZ, M. **Gênero fora da caixa**. Guia prático para educadores e educadoras. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2011.
- DRUMOND, M. A. **Técnicas e Ferramentas Participativas para a Gestão de Unidades de Conservação**. Programa Áreas Protegidas da Amazônia-ARPA e Cooperação Técnica Alemã-GTZ. Brasília: MMA, 2009.
- DUDLEY, N.; GROVES, C.; REDFORD, K. H.; STOLTON, S. Where now for protected areas? Setting the stage for the 2014 world Parks Congress. **Oryx**, p.1-8, 2010. doi:10.1017/S0030605314000519.
- ECONSCIÊNCIA. **Corredores de Vida Nativa do Morro do Osso**. [Vídeo institucional disponibilizado, a internet em 30 de setembro de 2016] Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=euvamj4Yf3c>> Acesso em 30 de janeiro de 2017.
- FERREIRA, P. M. A.; MÜLLER, S. C.; BOLDRINI, I. I.; EGGERS, L. Floristic and vegetation structure of a granitic grassland in Southern Brazil. **Revista Brasil. Bot.**, v.33, n.1, p.21-36, jan.-mar. 2010.
- FOLKE, C. **Resilience for sustainable development: building adaptive capacity in a world transformations**. Rainbow series 3. International Council Scientific Unions (ICSU) Paris. <http://www.sou.gov.se/mvb/pdf/resilienspdf> . Acesso abril de 2019.
- FUHR, G.; GERHARDT, C. H.; KUBO, R. R. Entre Aldeia Kaingang ou Parque Natural: o processo de configuração de um conflito socioambiental na disputa pelo Morro do Osso, Porto Alegre, RS. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, UFPR: Curitiba, 2012.
- FUTRELL, R. Technical adversarialism and participatory collaboration in the U.S. chemical weapons disposal program. **Science, Technology, & Human Values** v.28, p.451–82. 2003.
- GAMA, S.V.G.; DUTRA, FF; XAVIER, T.F. Os vetores de pressão em unidade de conservação urbana: a problemática ambiental da APA e do Parque do Mendanha □ zona

oeste do Rio de Janeiro (RMRJ). 10p., **X Encontro de Geógrafos da América Latina, Anais... Universidade de São Paulo/USP**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Impactoambiental/07.pdf>. 2005

GEOHHEGAN T, RENARD Y. Beyond community involvement: lessons from the insular Caribbean. **Parks**, v.12, n.2. p. 16-27. 2002.

HÉRITIER, S. Public participation and environmental management in Mountain National Parks. **Journal of Alpine Research**, v.98, p.170-188, 2010.

IUCN. **Benefits Beyond Boundaries: Proceedings of the Vth. IUCN World Parks Congress**. IUCN, Gland, Switzerland, 2005.

KOHL, C. A.; SILVA, C. S. S.; SOUZA, C. L. L. **Impactos ambientais na unidade de conservação Morro do Osso em Porto Alegre/RS**. VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental: Porto Alegre, 2015.

LEE, J.H.; MATARRITA-CASCANTE, D.; XU, Y.; SCHUETT, M. Examining the conflicting relationship between U.S. National Parks and host communities: understanding a community's diverging perspectives. **Sustainability**, MDPI, Open Access Journal, v. 10, n.10, p.1-17, 2018.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. XI, n. 2. Campinas, 2008.

LOUREIRO, C. F. B. E IRVING, M. A. (Coord.) **Gestão Participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Ibase, 2006.

PASSOS, P. N. C. A Conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente, **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, vol. 6, Curitiba, 2009.

MEFFE, G.; NIELSEN, L.; KNIGHT, R.L.; SCHENBORN, D. **Ecosystem Management: Adaptive, Community-Based Conservation**; Island Press: Washington, DC, USA, 2012; ISBN 978-1559638241.

MENEGAT, R. **Atlas ambiental de Porto Alegre/Instituto de Pesquisas Espaciais**. Editora UFRGS. Porto Alegre. 1999.

MIRAPALHETE, S. R. (Coord. e Org.). Flora e Fauna do Parque Natural Morro do Osso. Porto Alegre: SMAM, 2001 apud SESTREN-BASTOS, M. C. (Coord.) **Plano de Manejo do Parque Natural Morro do Osso**. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2006, p. 10.

MORRO DO OSSO [Página de divulgação] Disponível em <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100006361741201>> Acesso em 29 de março de 2017.

OLDEKOP, J. A.; HOLMES, G.; HARRIS, W.E.; EVANS, K.L. A global assessment of the social and conservation outcomes of protected areas. **Conservation Biology**, v.30, n.1, p.133-141, 2015.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Imaflora: Piracicaba, São Paulo, SP; Imazon: Belém, PA, Brasil, 95 p., 2009.

PORTO ALEGRE. **Decreto 15300** de 14 de setembro de 2006. Cria o Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Morro do Osso. Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **Lei Complementar nº334**, de 27 de dezembro de 1994. Cria o Parque Natural Municipal Morro do Osso. Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

QSRINTERNACIONAL. O software global de análise de dados qualitativos. <https://www.qsrinternacional.com/nvivo/home>, Acesso março 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Lista Oficial da Flora Ameaçada de Extinção do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul**, n 1, 2003.

RUITENBEEK, J.; CARTIER, C. **The invisible wand: adaptative co-management as na emergente strategy in complex bio-economic systems**. Occasional paper 34. Center for International Forestry Research, Bogor, Indonesia. 2001. www.cigor.cgiar.org , Acesso abril de 2019.

RUIZ-MALLÉN, I.; DE LA PEÑA, A.; MÉNDEZ-LOPEZ, E.; POTER-BOLLAND, L. Local participation in community conservation: methodological contributions. In: PORTER, L.; RUIZ MALLÉN, I.; CAMACHO-BENAVIDES, C.; MACCANDLESS, S, R. **Community action for conservation: Mexican Experiences**. Springer New York Heidelberg Dordrecht London, 2013. DOI 10.1007/978-1-4614-7956-7

VELOSO, H. P.; GÓES-FILHO, L. Fitogeografia Brasileira □ Classificação Fisionômico-ecológica da Vegetação Neotropical. **Boletim Técnico do Projeto RADAM Brasil**, Série vegetação, v. 1, 1982.

VIMAL, R.; KHALIL-LORTIE, M.; GATISO, T. What does community participation in nature protection mean? The case of tropical national parks in Africa. **Environmental Conservation**, p.1-9, 2018.

VILELA, A. L. O.; LAMIM-GUEDES, V. **Cães domésticos em Unidades de Conservação: Impactos e controle**. HOLOS Enviroment, v. 4, n. 2, 2014.

VON DER WEID, N. F. (Org.) **Conselhos Deliberativos em Resex/RDS** Brasília: ICMBio, 2009.

WARNER, J. F. More sustainable participation? Multi-stakeholder platforms for integrated catchment management. **Water Resources Development**, v.22, n.1, p.15–35, 2006.

YAFFEE, S. L.; WONDOLLECK, J. Collaborative ecosystem planning processes in the United States: Evolution and challenges. **Environments**, v.31, n.2, p.59–72, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1: Entrevista para levantamento de possíveis conselheiros do PNMO

Entrevista nº _____ Data: ____/____/____

Entidade: _____

Tipo: _____

1. Você conhece ou já ouviu falar no Morro do Osso? () S () N Como você o conheceu?
2. Você costumava visitá-lo com frequência (na época em que conheceu)? () S () N
3. Você frequenta ou conhece pessoas que frequentam o parque atualmente?
() Frequenta,
() Não frequenta.
() Conhece outros frequentadores.
() Não conhece outros frequentadores.
4. Você conhece o prédio da sede do Parque? Já assistiu ou participou de atividade no auditório?
5. O que você conhece da história do Morro e do Parque?
6. Você acha que o Parque é importante? Por quê? Para quem?
7. Você acha que o Parque é bem administrado? Por quê?
8. Você tem interesse em participar do conselho Consultivo do PNMO? () S () N Por quê?
9. Você sabe o que é o Conselho Consultivo? () S () N O que você acha que é papel do Conselho Gestor?
10. Você teria disponibilidade de participar de uma oficina dia 1º/4? () S () N
11. Você teria disponibilidade de ir às reuniões do conselho? () S () N
12. Qual a sua disponibilidade para participar das reuniões? () mensal () bimestral () trimestral () outro (_____).
13. Que dias e horários são melhores para você?
14. Você acha a sede do parque de difícil acesso para participar de reuniões? () S () N Por quê?

Submetido em: 15/05/2018

Aceito em: 15/11/2019

<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180106r3vu2020L1AO>

2020;23:e01063

Artigo Original

OS CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO NO PARQUE MUNICIPAL MORRO DO OSSO, SUL DO BRASIL

SUZANE BEVILACQUA MARCUZZO
THANI DA SILVA PRUNZEL
RAFAEL VIDOR DEZORZI

OS CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO NO PARQUE MUNICIPAL MORRO DO OSSO, SUL DO BRASIL

Resumo: Este trabalho teve por objetivo promover, observar e descrever o processo de reestruturação do Conselho Gestor do Parque Natural Morro do Osso (PNMO), o qual foi desmobilizado na última década. Para tal, foram utilizadas metodologias de diagnóstico participativo (DRP) e os dados foram analisados pelo software QSRInternacional. Como resultado, foi possível verificar falhas de informação e liderança no processo de construção do conselho gestor que geraram desmotivação dos integrantes levando à sua desagregação. Contudo, percebeu-se o potencial para uma mobilização e reestruturação, quando o processo colaborativo foi estruturado por uma liderança que permitiu mobilizar as partes interessadas para impulsionar a colaboração e estender o escopo no conselho do (PNMO). Assim, conclui-se que o Conselho Gestor deve estar em um ativismo contínuo e seus membros precisam estar em constante preparo como articuladores nos diversos espaços referentes à Unidade de Conservação.

Palavras-chave: Gestão participativa. Parque Natural. Biodiversidade.

THE PATHWAYS OF PARTICIPATION IN MUNICIPAL PARK MORRO DO OSSO, SOUTH BRAZIL

Abstract: This work aimed to promote, observe and describe the restructuring process of the Morro do Osso Natural Park Management Council (PNMO), which has been demobilized in the last decade. For that, participatory diagnostic methodologies (DRP) were used and the data were analyzed by QSRInternacional software. As a result, it was possible to verify information and leadership failures in the process of construction of the management council that generated demotivation of the members leading to their disaggregation. However, the potential for mobilization and restructuring was realized when the collaborative process was structured by a leadership that mobilized

stakeholders to drive collaboration and extend the scope of the (PNMO) council. Thus, it is concluded that the Management Council must be in a continuous activism and its members must be in constant preparation as articulators in the various spaces related to the Conservation Unit.

Keywords: Participative Management. Natural Park. Biodiversity.

LOS CAMINOS DE LA PARTICIPACIÓN EN EL PARQUE MUNICIPAL MORRO DO OSSO, SUR DEL BRASIL

Resumen: Este trabajo tuvo por objetivo promover, observar y describir el proceso de reestructuración del Consejo Gestor del Parque Natural Morro do Osso (PNMO) el cual fue desmovilizado en la última década. Para ello, se utilizaron metodologías de diagnóstico participativo (DRP) y los datos fueron analizados por el software QSRInternacional. Como resultado fue posible verificar fallas de información y liderazgo en el proceso de construcción del consejo gestor que generaron desmotivación de los integrantes llevando a su desagregación. Sin embargo, se percibió el potencial para una movilización y reestructuración, cuando el proceso colaborativo fue estructurado por un liderazgo que permitió movilizar a las partes interesadas para impulsar la colaboración y extender el alcance en el consejo del (PNMO). Así, se concluye que el Consejo Gestor debe estar en un activismo continuo y sus miembros necesitan estar en constante preparación como articuladores en los diversos espacios referentes a la Unidad de Conservación.

Palavras-clave: Gestão Participativa. Parque Natural. Biodiversidad.
